

POLÍTICA

Os militares e a classe política

As antigas divergências entre os dois setores não foram superadas, mas eles se freqüentam com uma assiduidade que até surpreende. O motivo: a elaboração da nova Constituição. Agora, eles querem neutralizar os ganhos da esquerda.

Nunca os gabinetes dos ministros militares receberam tantos políticos, nem o Congresso Nacional foi palco das inúmeras visitas de oficiais superiores do Exército, Marinha e Aeronáutica, no exercício, temporário, dos cargos de assessores parlamentares de suas Forças.

Mudaram os militares ou os políticos? Que objetivo maior une agora esses dois pólos, tradicionalmente tão divergentes na história política do País?

A verdade é que nenhum dos dois lados mudou e a justificativa para esse almejado entendimento decorre da situação vivida hoje no Congresso Nacional — a Assembléia Nacional Constituinte.

Os militares gostam de pautar sua carreira no "estrito cumprimento das leis", sejam elas boas ou ruins. E se se decidiu que após esses 20 anos de regime militar as atribuições de legislar retornam ao Congresso Nacional, as Forças Armadas são as primeiras a se perfilarem em consonância com essa tentativa de retorno à valorização do poder civil, sem naturalmente abrirem mão de seus princípios doutrinários. A exemplo dos demais segmentos da Nação, a destinação constitucional das Forças Armadas também se encontra regida pela Constituição federal dependendo, portanto, de parecer dos constituintes que se empenham em elaborar a Nova Carta. Além disso, dispositivos fundamentais na sobrevivência das Forças Armadas, nessa democracia que os próprios militares concordaram em avaliar, passam a fazer parte das atribuições dos congressistas. Assim, do orçamento à concessão de verbas extras, indo à delimitação do mar territorial, desenvolvimento de uma política nuclear no País e uma gama enorme de assuntos de interesse direto das Forças Armadas vão ser decididos no Congresso Nacional.

Os militares não consideram que os políticos melhoraram, que se tornaram mais patriotas e menos interessados em defender apenas questões que lhes digam respeito. Tanto os ministros militares como outros membros dos altos comandos das três Forças dizem isso claramente e, revelam que, se ocorrer o caos no País (entendido dentro dos quartéis como uma sublevação de esquerda, os políticos não terão condições de controlar a situação, razão pela qual fazem questão de continuar responsáveis pela manutenção da ordem no País.

Os ministros do Exército, da Marinha e da Aeronáutica — general Leônidas Pires Gonçalves, almirante Henrique Sabóia e brigadeiro Moreira Lima — têm recebido muitos parlamentares em seus gabinetes. Numa primeira fase essa aproximação foi justificada na tentativa de conseguirem os militares quórum de defesa para manutenção de suas prerrogativas na Carta Magna. Temiam pela esquerda que acabou mostrando que seu poderio não ultrapassa a dois terços do plenário das duas Casas. Encerrada a primeira fase de discussão dos princípios básicos da Constituição e mantido o papel consti-

tucional requerido pelas Forças Armadas, os entendimentos entre militares e parlamentares entram numa segunda fase: neutralizar os ganhos obtidos pela esquerda em assuntos mais atinentes aos quartéis e transformar os políticos em aliados das Forças Armadas, tanto em questões mínimas, como aprovação do orçamento da União, quanto no controle político ideológico da Nação.

Esquerda de Fora

Difícilmente parlamentares que se posicionam mais à esquerda são convidados a se encontrar com os ministros militares, ficando o PDS, PTB, PFL e a ala direita do PMDB com essa primazia. Embora nunca tenha sido convidado, o deputado José Genoíno (PT-SP) afiança que não irá a nenhum gabinete militar. Considera o deputado que, se os militares é que precisam dos favores do Congresso Nacional, eles é que devem dirigir-se à Câmara e Senado, e não o contrário. Já o presidente da Constituinte, da Câmara dos Deputados e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, não pensa dessa forma. Há dois dias ele esteve almoçando no gabinete do ministro Moreira Lima, para ouvir do brigadeiro as reivindicações da Aeronáutica no que diz respeito à aviação civil, tirada de sua competência num relatório de subcomissão da Assembléia Constituinte.

Também o ministro da Marinha, almirante Henrique Sabóia, tradicionalmente avesso à política e pouco freqüentador dessas rodas, recebeu, quinta-feira, em seu gabinete, 28 parlamentares, a maior parte da Comissão de Sistematização, embora seu relator, deputado Bernardo Cabral, e o presidente, senador Afonso Arinos, não tenham comparecido. Conforme o almirante Sabóia revelou, antontem em entrevista, existe uma forte tendência na Constituinte em se devolver aos parlamentares as prerrogativas na concessão de verbas e na aprovação do orçamento. Diante disso e da grande necessidade de recursos para a manutenção da Força Naval, o ministro, através de folhetos, palestras e visitas a instalações e navios, tenta sensibilizar os parlamentares na esperança de que sejam condescendentes na aprovação do orçamento.

Durante os debates, um dos 28 parlamentares perguntou sobre o mar territorial brasileiro, coincidentemente um dos pontos ainda pendentes num relatório de subcomissão, uma vez que estipula limite de 200 milhas. O ministro aproveitou para dizer que o Brasil precisa ratificar a Convenção dos Direitos do Mar (já aprovada na Câmara e em andamento no Senado) prevendo mar territorial de 12 milhas, zona econômica de 188 milhas e plataforma continental de até 350 milhas. Se a Constituição for aprovada com 200 milhas, a convenção não pode ser ratificada, explicou o ministro.

Assim, se geralmente os entendimentos entre Marinha e Aeronáutica com o Congresso Nacional giram em torno dessas questões mais terrenas, no caso do Exército

não se pode dizer o mesmo. Pela própria posição que o Exército ocupa no País e pela personalidade do ministro Leônidas Pires Gonçalves, mais habituado com o mundo político, as conversas de gabinete extrapolam o campo das requisições constitucionais. É bem verdade que os relatores das subcomissões e comissões mais próximas aos interesses da Força terrestre foram chamados ao QG do Exército. Assim, lá estiveram os deputados Ricardo Fiuza (PFL-PE) e Prisco Vianna (PMDB-BA), além de vários integrantes da Subcomissão de Defesa do Estado e da Comissão da Garantia das Instituições (onde se discute o papel constitucional das Forças Armadas). O ministro Leônidas Pires também recebeu na semana que passou o governador de Minas Gerais, Newton Cardoso, que teria ido interceder ao Exército pela Helibrás (subsidiária mineira da Aeroespacia, francesa), e cuja sobrevivência dependerá muito das encomendas das Forças Armadas, sobretudo da recém-criada Aviação do Exército.

Eleições em pauta

Pedidos e reivindicações bilaterais à parte, não constitui segredo para ninguém que o ministro do Exército cultiva algumas amizades no meio político, como a do senador José Richa, ex-governador do Paraná. O senador chegou mesmo a promover uma festa de aniversário, há duas semanas, para o general Leônidas Pires, que circulava com desenvoltura entre os parlamentares convidados. Há quem diga que, por detrás dessas bem articuladas audiências, visitas e festas, se discute o presente e se programa o futuro político do País. Embora afastados do Palácio do Planalto, aos militares não interessa ter na presidência, a partir de 1990, alguém que não esteja afinado com seus princípios doutrinários.

Assim, se já se tem do ministro Leônidas a garantia de apoio para os cinco anos do presidente Sarney, para as Forças Armadas e determinado setor da Nação torna-se importante igualmente definir os rumos do que está por vir. É preciso garantir que a transição democrática se mantenha nesta trilha traçada pelos governos militares. Afinal, no Brasil, nos últimos tempos, a sucessão presidencial sempre passou pelos gabinetes militares. O general Sylvio Frota, ministro do Exército do governo Geisel, tentou definir a sucessão e, demitido e desgastado, acusou de "vivan-deiras" os políticos que se enfileiravam à porta de seu gabinete. No governo Figueiredo, pelo caráter mais fechado do ministro do Exército, general Walter Pires, coube ao titular da Pasta da Aeronáutica, brigadeiro Délio Jardim de Mattos, articular a sucessão que, politicamente mal conduzida, lançou aquela ala das Forças Armadas no limbo do processo da Nova República, com a vitória do setor mais próximo a Geisel. O ministro Leônidas acabou impondo seu próprio estilo, mas gosta de dizer que o momento é apenas de se pensar na Constituição. Depois disso, só Deus sabe.

Zenaide Azeredo

O gelo foi quebrado, dizem os parlamentares. Mas há conflitos.

Até a Nova República, cada ministério militar mantinha um assessor parlamentar no Congresso. Mas, com a mudança, cada um passou a ter três e o EMFA também montou sua assessoria. Hoje, embalados pelos trabalhos constituintes, os oficiais transitam com desenvoltura na Casa, aprenderam a gostar do serviço e se sentem à vontade. Para o líder do PDS no Senado, Jarbas Passarinho, o preconceito entre civis e militares diminuiu bastante, embora não tenha desaparecido por completo.

De um modo geral, senadores e deputados constatarem a quebra do gelo nas relações e entendem que a Constituinte serviu como fator de aproximação. Mas este não é o pensamento do deputado Lysâneas Maciel (PDT-RJ), para quem o fosso aumentou muito entre Congresso e militares, "apesar dos salgadinhos e dos coquetéis", porque os últimos interferiram sobre o modo nas subcomissões e ajudaram a erigir o "Estado gendarme", no qual é permitido prender parlamentares, grampear telefones e abrir correspondências.

"E mais ainda — prossegue Lysâneas Maciel — porque querem obrigar, na questão da segurança nacional, o cidadão comum a viver sob uma chantagem interna — a insegurança face às reivindicações sociais — e externa — o medo de uma guerra termonuclear — para que a segurança nacional seja absorvida como uma questão de capacitação militar."

Para o constituinte do Rio, os militares conseguiram, durante a



Lysâneas



Passarinho

fase das subcomissões na Assembléia, o direito pleno de intervenção, incluindo greves e direito de associação, sob o pretexto de que ninguém tem segurança nas grandes cidades. Substituíram o "inimigo comunista" por outros dois: a violência urbana e o ex-governador Leonel Brizola.

Lysâneas Maciel frisa que o aumento dos gastos militares não repercutirá em maior segurança e, apenas com os recursos para a construção do submarino nuclear do tipo "Trident", que vem ocorrendo no município paulista de Sorocaba, 16 milhões de crianças poderiam fazer integralmente o 1º grau.

Auspiciosa

Enquanto Lysâneas fala no aprofundamento do fosso, o senador Jarbas Passarinho, coronel da Reserva, considera auspiciosa a retomada de contatos entre civis e militares. Lembra que na Subcomissão de Defesa do Estado foi possível ouvir várias opiniões das Forças Armadas, ao mesmo tempo em que os civis conheceram melhor algumas organizações, como o

Cindacta, que faz o controle e a segurança dos vãos.

Passarinho revela que ele e os senadores Afonso Arinos (PFL-RJ) e Marco Maciel (PFL-PE) participaram de um painel na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, e que os assessores parlamentares que circulam no Congresso mostram-se pródigos em comentários sobre a satisfação pela interação: "Um belo começo de caminho para quebrar o gelo de vez".

Um assessor do general Leônidas Pires Gonçalves conta que os parlamentares são receptivos, e que inexistem atritos. Ele e os demais assessores militares trabalham a partir das oito horas da manhã e, diariamente, o ministro da Pasta recebe informações: "Hoje — afirma um assessor — o relacionamento é maravilhoso e o ministro Leônidas gosta do trabalho dos seus assessores. Nós nos debruçamos mais no trabalho cumprindo ordens do ministro."

Para este assessor, o relacionamento entre civis e militares sempre existiu, em especial no Interior, onde os quartéis abrem suas portas e recebem muita gente em dias de festa. Brasília, contudo, ajudou na separação, porque isola as categorias de modo quase formal, incluindo clubes — um para cada Arma, o que vale também para civis (bancários, congressistas, funcionários do Legislativo).

O assessor lembra que o contato com os civis começa em casa, com as mulheres e os filhos, e avisa ao final: "Não precisa receio. Ninguém morde".

Leda Flora